



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

CONTRATO Nº 19/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RENOVAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO DO GINÁSIO PLIESPORTIVO DE SÃO MARTINHO DA SERRA, CONFORME INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2024 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2024.

O MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA, Pessoa Jurídica de direito público, com sede na Av. 24 de janeiro, na Cidade de São Martinho da Serra, Estado RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.444.403/0001-73, neste ato representada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, SR. ROBSON FLORES DA TRINDADE, neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa **FRANCELE C. KESSELER**, CNPJ: 16990512/0001-82, R Valdomiro Campos, 365, Urandia, Santa Maria-RS, CEP 97070-710, (a) Sr. FRANCELE CANTARELLI KESSLER, Solteira, **Arquiteta, RG 8075309966, CPF 001.778.260-02, Rua Dos Andradas, nº 1449, APTO 1310, Bloco D, Bairro Centro, CEP 97010-033, Santa Maria/RS**, adiante simplesmente denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de fornecimento de energia elétrica para as Secretarias Municipais e demais Órgãos do Governo Municipal, bem como disciplinar o fornecimento e a demanda de energia elétrica, tendo em vista o que consta no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº05/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de renovação do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Ginásio Poliesportivo de São Martinho da Serra/RS. Os serviços a que se refere o objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações

1.2. Objeto da contratação:

Lote	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI.	QTDADE	VALOR TOTAL
1	1	Renovação do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), do Ginásio Poliesportivo do Município de São Martinho da Serra, conforme Lei Estadual nº 14.376/2013, e demais decretos do CBMRS	1	1	R\$3.500





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ASPECTOS DA CONTRATAÇÃO, PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO OBJETO.

2.1. A execução contratual dar-se-á através de prestação de serviços, na forma a seguir.

2.2. As condições gerais para a elaboração do PPCI deve obedecer às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

2.3. O presente instrumento terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de sua assinatura e prazo de igual período para execução do serviço.

2.4. O plano de prevenção contra incêndio deverá ser entregue em formato PDF para o fiscal do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração municipal.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

4.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 4127/2022, que “Regulamenta no âmbito do Município de São Martinho da Serra, RS, a Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos”.

4.2. Em caso de impedimento ordem de paralisação ou suspensão do contrato o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. A fiscalização do contrato ficará a cargo do designado para cada Secretaria, conforme Portaria Municipal N° 3342/2023, de 23 de junho de 2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

6.1. O valor global da contratação para a execução do objeto, é o valor total de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O pagamento do serviço será feito mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável pela execução da atividade.

7.2. O pagamento será realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal pelo departamento competente da Secretaria de Administração e Finanças. Se o término deste prazo coincidir com dia em que não houver expediente na prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

7.3. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra, trazendo o número do empenho a que está se refere.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O preço inicialmente contratado é fixo e irredutível no prazo de sua execução.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento.

9.1.2. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

9.1.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

9.1.4. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. São obrigações da Contratada:

10.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas no contrato, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua posturas





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

10.3. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

10.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da administração inerentes ao objeto da presente dispensa de licitação.

10.5. Comunicar a administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições exigidas na dispensa de licitação.

10.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidem ou venham a incidir na execução do contrato.

10.8. A Contratada deverá fornecer declaração que está inscrita no Simples nacional conforme IN 1234/2012 RFB, anexo IV e decreto municipal 4083 de 30 de dezembro de 2021. Caso a empresa não esteja inscrita no Simples Nacional deverá discriminar na nota fiscal o imposto de renda de Pessoa Jurídica, percentual e valor, conforme anexo IV da IN 1234/2012 RFB.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. No caso de descumprimento do contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenização e multas.

12.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o recolhimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021);

12.5. O Contrato poderá ser extinto:

12.5.1. Caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, incisos IV, da Lei nº 14.133/2021);

12.5.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria, RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

São Martinho da Serra, 30 de Abril de 2024.

Robson Flores da Trindade
Prefeito Municipal
Contratante

Francele C. Kessler
Contratada

André Marcos Pignone
Procurador Jurídico
OAB/RS 92.782

Gabinete do Prefeito
Fiscal do Contrato





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DE6E-0DB5-D845-C31A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROBSON FLORES DA TRINDADE (CPF 007.XXX.XXX-56) em 29/04/2024 16:16:26 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ANDRÉ MARCOS PIGNONE (CPF 780.XXX.XXX-00) em 30/04/2024 16:33:21 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ MATHEUS BECK BRASIL (CPF 030.XXX.XXX-73) em 02/05/2024 14:13:42 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saomartinhodaserra.1doc.com.br/verificacao/DE6E-0DB5-D845-C31A>